

A ÁFRICA E OS AFRICANOS NA HISTÓRIA E NOS MITOS E ALBETO DA COSTA E SILVA, FILHO DA ÁFRICA

DOIS OLHARES SOBRE A VIDA E A OBRA DO HISTORIADOR

Vanicléia Silva-Santos¹  

University of Pennsylvania

Meus comentários se dirigem a um livro de Alberto da Costa e Silva, e a um documentário sobre/com ele, lançados quase simultaneamente, o que fez surgir a ideia de tratá-los juntos. Começo pelo livro.

Uma coletânea comemorativa

A África e os africanos na história e nos mitos (2021, 208 páginas) é uma coletânea de textos publicada pela editora Nova Fronteira para celebrar os 90 anos de Costa e Silva. A Nova Fronteira, que publicou quase todos os seus livros, reúne neste volume um conjunto de textos avulsos que, dessa forma, se tornaram mais acessíveis ao público.² São textos publicados na forma de prefácios, análises de fontes, comentários sobre outros trabalhos e crônicas sobre as experiências de Costa e Silva como diplomata em países africanos. A obra não tem um prefácio ou apresentação que esclareça o critério para a seleção dos textos, nem indica quando e onde cada um deles foi anteriormente publicado. São ao todo dezoito capítulos que reproduzem escritos ao longo de muitos anos, nos quais Costa e Silva aborda uma variedade de temas que envolvem laços históricos, culturais e

1 Curadora associada da Coleção Africana do Penn Museum e professora do Department of Africana Studies, Universidade da Pennsylvania.

2 Alberto da Costa e Silva, *A África e os africanos na história e nos mitos*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

sociais que unem Brasil e África, desmistificando preconceitos e estereótipos. Na sua maioria, os capítulos tratam da história dos africanos nos dois lados do Atlântico: de um lado a história dos africanos da Baía de Benim, que, grosso modo, corresponde hoje aos países Togo, Benim e Nigéria; e de outro a história desses africanos (e seus descendentes) no Brasil, especialmente na Bahia e no Rio de Janeiro.

No capítulo de abertura, o autor revela seu interesse pelo continente africano e explica que, ao escrever sobre a África, seu objetivo principal era popularizar sua história, destacando sua importância para a formação do Brasil. Três capítulos se concentram na análise de documentos do século XIX, nos quais o autor destaca a íntima relação entre o Brasil e o oeste africano. A “Carta de um embaixador dos reis do Benim e Onin” é uma aula sobre os primórdios da diplomacia africana no Brasil e uma crítica ao silenciamento sobre o tema na nossa história diplomática. Já em 1971, por ocasião da primeira visita do então ministro das relações exteriores do Brasil ao continente africano, Costa e Silva mostrava ao Itamaraty e aos brasileiros quão antigas eram as nossas relações diplomáticas com aquele continente. Nesse capítulo, trata do representante de Onim (Lagos, na atual Nigéria) no Brasil, Manoel Alves Lima, em 1822. Na ocasião, Lima enviara da Bahia detalhadas informações ao governante de Onim sobre a guerra da independência ali em curso, recomendando a seu soberano o reconhecimento da independência do Brasil. Embora o rei de Onim tenha sido o primeiro chefe de Estado a reconhecer nossa independência, a atuação de Manoel Alves Lima foi apagada da história diplomática brasileira, que sempre deu preferência para o circuito Roma, Paris, Londres e Washington, capitais ao redor do mundo com tradicional prestígio cultural, político e socioeconômico.

Em “José Bonifácio e o curso do Níger”, o escritor nos brinda com a recuperação de um importante registro feito por José Bonifácio de Andrade e Silva em 1819, intitulado “Notícia do interior da África

e curso do Nilo”.³ José Bonifácio enviou esse texto ao amigo Menezes de Drummond, em 1826, mas não chegou a publicá-lo. Felizmente, Menezes de Drummond incorporou as informações ao seu próprio texto e explicou que José Bonifácio obtivera os dados de seis africanos escravizados no Brasil. Entre eles havia um homem hauçá, bastante erudito, que lhe explicou sobre o curso do rio Níger. A descrição do hauçá Francisco foi, em muitos aspectos, mais precisa do que outras conhecidas na época, como as dos exploradores britânicos Dixon Denham e Hugh Clapperton, seus contemporâneos.

Em “Memória sobre o Reino do Daomé” o autor examina cuidadosamente uma fonte de 1806, escrita pelo baiano Luís Antônio de Oliveira Mendes. Costa e Silva aponta os erros de Oliveira Mendes e reforça a importância do conhecimento do contexto africano para extrair das fontes todo seu potencial.⁴ Eu já conhecia o relato, que li quando interessada nas bolsas de mandinga, por ocasião de meu doutorado. Trata-se de uma fonte riquíssima também para qualquer interessado no estudo da cultura material no Daomé na passagem do século XVIII para o XIX. Assim como José Bonifácio, Oliveira Mendes era brasileiro e seu relato é também baseado no registro de depoimentos de pessoas de origem africana que viviam na diáspora.

Cinco capítulos desta coletânea são prefácios para livros de terceiros, sendo quatro brasileiros e um inglês, publicados entre 2000 e 2017. “Os *agudás*” e “Estrangeiros no Brasil, estrangeiros na África” tratam do retorno de africanos escravizados e seus parentes e descendentes do Brasil para localidades dos atuais Benim e Nigéria, ao longo do século XIX. O primeiro apresenta o livro *Agudás: os “brasileiros” do*

3 José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) ficou conhecido por sua atuação política, mas foi também um importante naturalista brasileiro que reuniu um conjunto significativo de trabalhos sobre temas variados. Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond foi um dos seus principais parceiros.

4 Alberto da Costa e Silva, “A Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé, de Luís Antônio de Oliveira Mendes”, *Afro-Ásia*, n. 28 (2002), pp. 251-292, .

Benim, de Milton Guran; o segundo prefacia a segunda edição do livro *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, de Manuela Carneiro da Cunha.⁵ Os chamados “retornados” guardaram costumes brasileiros, e particularmente da Bahia. De lá levaram a língua portuguesa falada no Brasil, o vestuário, a religião católica e a culinária. Também introduziram nas cidades de Lagos, Uidá, Porto Novo e Aguié a arquitetura de Salvador e as técnicas da construção em alvenaria, e ainda construíram sobrados, igrejas e mesquitas. Os retornados e seus descendentes vieram a ocupar posições importantes na economia, na política e nos quadros profissionais dessas cidades africanas costeiras, tanto no século XIX quanto posteriormente, inclusive após a independência das colônias e o surgimento dos atuais países, em particular Gana, Togo, Benim e Nigéria. Além de comentar os trabalhos de Guran e Cunha, Costa e Silva apresenta uma visão geral sobre essas comunidades, que conheceu de perto nos anos em que serviu como embaixador na Nigéria e na República do Benim, concomitantemente.

Nosso homenageado também prefaciou a 4ª edição de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, de Gilberto Freyre.⁶ Publicado pela primeira vez em 1961, o livro foi composto a partir de um conjunto de textos escritos por Freyre nos anos de 1930. Nos dias de hoje, pesquisadores usam largamente jornais como fonte para suas pesquisas. Mas, como destaca Costa e Silva, nos anos 1930, essa foi uma metodologia inovadora. Freyre usou os anúncios de compra e venda, de aluguel e de fuga de escravizados para obter informações sobre suas nações, as marcas impressas em seus corpos (tatuagens, escarificações, dentes limados) para, entre outros objetivos, identificar as diferentes regiões de onde vinham esses africanos para o Brasil. É também de Alberto da Costa e Silva o

5 Milton Guran, *Agudas, os “brasileiros” do Benim*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Gama Filho, 2000; Manuela Carneiro da Cunha, 2º ed. revista e ampliada, *Negros, Estrangeiros*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1985].

6 Gilberto Freyre, 4º ed., *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, Rio de Janeiro: Global, 2010.

prefácio para o livro *O rei, o pai e a morte*, de Luís Nicolau Parés.⁷ A partir de uma perspectiva atlântica, a obra aborda a recriação das tradições dos voduns no Brasil. Costa e Silva destaca a qualidade do trabalho e o cuidado metodológico de Parés ao examinar religião, ritual, política e poder dos ancestrais, personagens centrais no antigo reino do Daomé.⁸

O quinto prefácio, que Costa e Silva intitulou “Um ABC da escultura africana”, abre a edição brasileira da obra *Arte Africana*, de Frank Willett (SESC, 2017).⁹ Diferentemente dos demais capítulos, que focam nas relações históricas entre o Brasil e o continente africano, especialmente a escravidão e seus desdobramentos, esse prefácio aborda a mudança na percepção ocidental sobre a arte africana no século XX. Costa e Silva destaca os preconceitos que existiam contra as formas estéticas africanas e a influência destas na arte moderna europeia, que contribuiu para transformar as visões estereotipadas. *Arte Africana*, cuja primeira edição é de 1974, ocupa um lugar relevante nos estudos da produção artística africana. Costa e Silva inclui Willett entre os autores que se empenharam em sistematizar essa história. Contudo, ele opta por não expor as limitações da obra ou as críticas surgidas nas últimas décadas. O livro de Willett continua sendo amplamente lido, mas é necessário abordá-lo, hoje, com um olhar crítico, considerando sua perspectiva eurocêntrica. O livro, por exemplo, dialoga exclusivamente com estudiosos europeus, desconsiderando pensadores e artistas africanos, e trata a “arte africana” de forma generalista e homogeneizadora. Outro ponto relevante é o foco de Willett na chamada arte tradicional, negligenciando a diversidade da arte contemporânea africana e de seus artistas. Enfatizar essas questões polêmicas, levantadas ao longo do tempo, proporcionaria aos novos leitores uma compreensão mais abrangente e crítica da obra de Willett.

7 Luis Nicolau Parés, *O rei, o pai e a morte*, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

8 Ver minha resenha desta obra: Vanicléia Silva-Santos, “História atlântica em torno da religião Vodum”, *Afro-Ásia*, n. 53 (2016), pp. 293-298, .

9 Franck Willett, *Arte africana*, São Paulo: SESC, 2017.

Quatro textos focam mais diretamente o tema da escravidão. Em “Espelho frente a espelho”, o historiador mostra como os acontecimentos políticos e econômicos nas sociedades atlânticas africanas tinham repercussão direta no Brasil e determinavam quem seria enviado para este ou aquele porto no Brasil. Essas dinâmicas resultaram na predominância (mas não na exclusividade) de iorubás na Bahia, de povos ambundos e quimbundos no Rio de Janeiro e de pessoas vindas de Cacheu (atual Guiné-Bissau) no Maranhão. No texto “Os africanos no Brasil”, Costa e Silva destaca que os africanos escravizados desempenharam um papel fundamental na formação da sociedade brasileira. Ele enumera diversas contribuições tecnológicas e culturais, como a forja do ferro, a mineração e transformação do ouro em joias, a pecuária, a agricultura, a tecelagem e a arquitetura. Além disso, o autor sublinha as sofisticadas tradições orais e literárias, incluindo histórias fictícias e narrativas de realza encenadas nas ruas, bem como a introdução de novos instrumentos musicais, canções, danças e sistemas religiosos, que enriqueceram a cultura brasileira.

Em “Os iluministas, os africanos e a escravidão”, o autor oferece uma perspectiva de longa duração sobre como textos bíblicos, filósofos da antiguidade grega e latina, doutores da Igreja, religiosos, pensadores do Iluminismo europeu do século XVIII, juristas, políticos e teóricos do século XIX legitimaram a escravização dos africanos. O autor evidencia que uma parte significativa dos filósofos europeus defendia falsas premissas sobre a inferioridade das pessoas negras porque tinha interesses pessoais no comércio de pessoas africanas e na sua escravização. Já no ensaio “Para uma história comparada da escravidão”, Costa e Silva examina as diferentes formas de escravidão ao longo do tempo e em diversas regiões, destacando o caráter global dessa instituição, presente em distintas épocas e locais. Em diferentes períodos da história, em lugares como o Egito, Grécia e Roma, Turquia, Ucrânia, Romênia, Geórgia e o Cáucaso, a prática da escravidão atingia majoritariamente pessoas brancas. Contudo, no contexto ibérico e, posteriormente, nas Américas, a escravidão vitimou

sobretudo pessoas da África subsaariana, por isso, presume-se de forma equivocada que a escravidão atingiu apenas pessoas negras.

Alberto da Costa e Silva foi embaixador na Nigéria (1979-1983) e cumulativamente na República do Benim (1981-1983). Ele dedicou uma parte significativa de sua obra a educar seus colegas do Itamaraty e o público brasileiro sobre as profundas relações históricas entre o Brasil e o continente africano, que muitos desconheciam e ainda desconhecem. Os ensaios “A África de D. João” e “O comércio do Brasil com a África nos tempos de D. João” abordam a relação do Brasil com a costa atlântica da África, entre 1807 e 1825. D. João (1767-1826) foi o governante de Portugal que, em nome da rainha sua mãe, tomou a decisão de fugir de Portugal para o Brasil, para escapar das tropas napoleônicas, em 1807. Já no Brasil, em 1808, D. João abriu os portos, expandindo o comércio com a Inglaterra e outras nações europeias. Nesses dois ensaios, Costa e Silva evidenciou as estreitas relações entre o Brasil e a África durante esse período. E essa proximidade ficou mais evidente com a independência brasileira, em 1822, quando, ao invés de romper essas relações com a África, elas se tornaram ainda mais fortes.

No ensaio “O império, por despedida”, o autor retoma o tema das fragilidades do império português diante das relações do Brasil com a África. O tema é, por obra do editor da Nova Fronteira, retomado no penúltimo ensaio do livro, “Lagos, Nigéria”, escrito em 1960, por ocasião da cerimônia de comemoração da independência da Nigéria, quando Costa e Silva fez sua primeira viagem ao continente africano. O capítulo “A África de Jorge Amado” foi originalmente publicado no Dossiê Jorge Amado, da *Revista Brasileira*, periódico da Academia Brasileira de Letras, em 2012. Nesse texto, Silva destaca como o famoso escritor baiano incorporou à sua obra as tradições africanas entranhadas no cotidiano da cidade de Salvador, em particular a religião dos orixás e a culinária iorubá, recriadas na Bahia.

Em conclusão, o livro *A África e os africanos na história e nos mitos* reúne variadas reflexões do seu autor sobre as relações entre Brasil e

África, mas trata também da África em si. Os ensaios são marcados pelas experiências dele como estudioso e diplomata. Para os leitores iniciantes, o livro pode ser lido como uma introdução à história da África e de suas relações com o Brasil, escrita com o rigor do excelente leitor, observador e escritor que foi Alberto da Costa e Silva. Para os mais treinados, há fontes e provocações essenciais para novas pesquisas.

É louvável o esforço da Nova Fronteira para lançar essa coletânea, reunindo textos dispersos e de difícil acesso. No entanto, dois pontos devem ser destacados, visando melhorias em uma eventual segunda edição. O primeiro diz respeito à ausência de um prefácio ou introdução que contextualize o leitor não familiarizado com a figura e a obra de Alberto da Costa e Silva. Como historiadora, pesquisadora e leitora de suas obras, reconheço a maioria dos textos aqui reunidos, mas ainda assim tive dificuldade em identificar a origem de alguns deles. Em coletâneas desse tipo, é fundamental fornecer informações sobre a produção dos textos, o contexto de sua publicação e a recepção ao longo do tempo. Como mostrei, alguns resultaram de solicitações de autores e editoras, na forma de prefácios; outros, de um interesse pessoal e profissional do autor em explorar determinados temas, como as análises de fontes históricas. Há também aqueles que surgiram do compromisso de Costa e Silva em divulgar a história da África no meio diplomático e junto ao grande público.

O segundo ponto crítico refere-se ao título da coletânea, *A África e os africanos na história e nos mitos*. Embora chamativo e capaz de atrair leitores interessados na história da África, o título não reflete plenamente o conteúdo da obra. Ao analisar os textos, fica claro que os capítulos não abordam as mitologias africanas, mas sim visões distorcidas de sua história. O título acaba omitindo o que há de mais relevante nos textos: o profundo interesse de Alberto da Costa e Silva em explicar as estreitas relações entre o Brasil e a África atlântica.

Um documentário memorialístico, ou a vingança contra o racismo¹⁰

Por que é que o senhor quer ser diplomata? Respondi: eu quero ser diplomata por vingança, para tirar uma desforra do barão do Rio Branco [...] eu fui ser diplomata porque meu pai queria ser diplomata. Na época dele, o Barão do Rio Branco escolhia os candidatos no almoço. Ele chamava os candidatos para almoçar e aí examinavam o candidato, pelo comportamento. No almoço, o barão disse para o meu pai: – Da Costa, você é um rapaz muito inteligente, muito bem-preparado, e tem tudo para ser um diplomata, mas você é muito feio, você parece um macaco! Se você for diplomata, a tese de que nós somos um país de macaquitos vai parecer que é verdade. Então, eu queria ter a minha forra do barão do Rio Branco.

Esta é a fala de Alberto da Costa e Silva (1931-2023) na abertura do documentário que o homenageia, *Alberto da Costa e Silva, filho da África*. Eu já o tinha ouvido falar desse caso horroroso de preconceito no Itamaraty. Sempre que lia os textos de Costa e Silva me perguntava o quanto ele era impactado por aquele episódio traumático para o pai, e como tomou seriamente a desforra como missão para mudar a imagem das pessoas “diferentes” numa das carreiras mais elitistas do funcionalismo brasileiro. Quando o pai, o poeta Antônio Francisco da Costa e Silva (1885-1950), que assinava como Da Costa e Silva, se candidatou ao Itamaraty, o ministro das Relações Exteriores do Brasil (1902-1912) era o barão do Rio Branco (1845-1912), que tinha como critério recrutar apenas homens brancos para os cargos da diplomacia brasileira. O preconceito racial do chefe da diplomacia brasileira de então se encontra explicitada na sua referência a “macaquitos”, que é como certos hispoamericanos se referem aos brasileiros em alusão à presença africana na composição racial

10 *Alberto da Costa e Silva, filho da África*, Direção: Ricardo Villas e Stephanie Malherbe, 2020 (53 min), Rio de Janeiro, Color, Disponível em [vimeo](#). Uma primeira versão deste ensaio foi apresentada por ocasião do lançamento do documentário na Universidade Federal de Minas Gerais em 25 de outubro de 2019, em atividade organizada pelo Projeto República, dirigido pela professora Heloisa Starling.

brasileira. Assim, o barão, ele próprio, via Da Costa e Silva como um “macaquito”, por causa dos visíveis traços afro na fisionomia do candidato à carreira diplomática.¹¹

Em outubro de 2019, fui convidada para comentar o pré-lançamento de *Alberto da Costa e Silva, filho da África*, juntamente com a professora Macaé Evaristo e os diretores do documentário, Ricardo Villas e Stephanie Malherbe. Aceitei porque era familiarizada com as obras dele e com a história das relações diplomáticas entre Brasil e África.¹² Assim como fiz naquela ocasião, usei aqui fragmentos de sua experiência profissional, contados no filme, para refletir sobre Costa e Silva como alguém envolvido, como ele era, com a história global no âmbito das relações diplomáticas entre o Brasil e os países africanos, europeus, americanos e latinos, e sua contribuição para o desenvolvimento dos estudos africanos entre nós.

O documentário está organizado em doze partes. O fio narrativo é o desagravo contra o barão do Rio Branco e o interesse do entrevistado pela história da África para entender a formação do Brasil. O filme começa com a revelação de uma desforra tríplice, uma vez que os dois filhos do embaixador também fizeram carreira diplomática, além de sua filha ter casado com um diplomata, hoje embaixador. A película segue com suas lembranças sobre pais, tias, avós e o papel central de sua esposa em sua vida e ocupação, ela própria uma intelectual, a tradutora Vera Queiroz da Costa e Silva.

Aos 16 anos surge o interesse de Costa e Silva pela história da África, a partir da leitura de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. O embaixador discorre sobre o acesso que teve, já na carreira diplomática, aos livros sobre África e o continente africano existentes na biblioteca do

11 Aos quarenta anos, Da Costa e Silva “perdeu o uso da razão”, o que o desabilitou a trabalhar e a continuar escrevendo, como explica o filho, em outro documentário: *Alberto da Costa e Silva, o retorno do filho*. Direção e roteiro: Douglas Machado, 2009, 52 min, Brasil. Este documentário é focado nas memórias de Alberto da Costa e Silva sobre o pai dele como um grande poeta do Simbolismo.

12 Ver Vanicléia Silva-Santos, “Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul”, *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 2 (2014), pp. 277-301, [↗](#).

Itamaraty, às suas visitas a países africanos, à entrada na Academia Brasileira de Letras e, por fim, ao seu interesse pela escravidão e pela história das pessoas negras no Brasil. Vários intelectuais e artistas brasileiros dão depoimentos sobre o historiador e poeta e sua obra. Atores negros e brancos participaram do documentário, recitando trechos de sua lavra ou comentando o impacto de seu pensamento para os estudos africanos no Brasil. Observe-se que somente três mulheres, sua filha, Nélida Piñon e Lília Schwarcz foram entrevistadas.

Alberto da Costa e Silva e a política externa independente do Brasil

Nos anos 1960, quando o Brasil dava seus primeiros passos, cambaleantes, para estabelecer relações diplomáticas mais amplas com os países africanos, Costa e Silva começava sua carreira diplomática. Formado como diplomata no final dos anos 1950, em 1960, aos 29 anos, estava servindo como secretário na embaixada do Brasil em Lisboa. No olho do furacão, conheceria de perto o drama das independências africanas e os interesses colonialistas portugueses. Ele permaneceu em Lisboa até 1963, quando as lutas de libertação nacional se intensificaram e o Brasil mantinha seu apoio a Portugal ou, no máximo, sua neutralidade nas votações da ONU contra o colonialismo. Na ocasião, o embaixador do Brasil em Lisboa era Francisco Negrão de Lima (1959-1965), que apoiava a política colonialista portuguesa.

Em 1961, os movimentos contra o colonialismo português eclodiram em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Portugal contava, desesperadamente, com a continuidade do apoio do governo brasileiro para manter suas colônias em África. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi bastante negativo do ponto de vista das relações com a África, pois desprezava a voz dos africanos e intensificou o apoio a Portugal, num momento em que havia

uma forte campanha internacional para a autodeterminação dos povos colonizados. Uma grande mudança no âmbito das relações internacionais ocorreu em janeiro 1961, com a eleição e posse de Jânio Quadros como presidente da República. Durante seus seis meses de governo, apoiado por seu chanceler, San Tiago Dantas, Quadros defendeu uma “política externa independente” que criticava o alinhamento imediato do Brasil aos Estados Unidos e a Portugal.

Assim, em 1960, ainda no governo de Kubitschek, já tinha sido aberta uma legação brasileira em Gana, a primeira representação brasileira em um país africano independente.¹³ Isso ocorreu devido ao interesse do Brasil no país, que tinha a maior produção de cacau do mundo naquele momento, de onde o Brasil importava o produto, apesar de ser também grande produtor. A política externa brasileira fora até então influenciada pela teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre, pelo interesse do Brasil em estabelecer relações comerciais com o outro lado do Atlântico, voltado principalmente para Gana, Angola e Nigéria. O Brasil queria se aproximar desses novos países sem conhecê-los profundamente e sem uma agenda diplomática bem definida. Acrescente-se que os diplomatas preferiam não ser nomeados para servir em países africanos. Essa tendência se estendeu ao governo de João Goulart (1961-1964): a África continuava marginalizada no conjunto da diplomacia brasileira. Vale a pena citar aqui dois problemas da política internacional do Brasil que explicam o preconceito contra as nações africanas e o racismo que dominava a alta hierarquia do governo brasileiro.

Em 1963, Antônio Carlos Tavares, o encarregado de negócios da embaixada do Brasil em Lagos, capital da Nigéria, suicidou-se. Investigações posteriores mostraram que, para ostentar sua posição, ele havia desviado dinheiro da missão, planejando repor o montante antes de sua remoção para outro posto. Ao contrário do que esperava, o Itamaraty nomeou um novo embaixador e o enviou para Lagos. Sem tempo para cobrir

13 A legação é uma representação diplomática de nível mais baixo que uma embaixada, mas com funções e propósitos semelhantes.

o desfalque, Tavares se suicidou. Pouco tempo depois, Luiz S. Bandeira, o primeiro embaixador na Nigéria, estava acima do peso e faleceu de ataque cardíaco. Essas mortes foram vistas pelo Itamaraty como uma espécie de “vingança dos orixás” por causa do tráfico de escravizados, e a embaixada na Nigéria passou a ser vista como um lugar de má sorte.¹⁴

Um segundo exemplo de racismo nos primeiros anos da nova política do Brasil na África se refere ao embaixador Raymundo Souza Dantas, enviado para Gana, em 1960, onde o governo abriu uma legação, a primeira em um país africano independente. Souza Dantas foi o primeiro embaixador negro da diplomacia brasileira. E o primeiro e único embaixador negro a ser enviado para a África e qualquer outra parte.¹⁵ Durante o período em que serviu em Gana, Souza Dantas sofreu resistência de diplomatas e intelectuais brasileiros brancos. Era criticado pelos colegas que, se reportando ao legado europeu do país, defendiam que o Brasil não fosse representado por um diplomata negro. Souza Dantas era sistematicamente ignorado pelo Itamaraty, que demorava para responder suas correspondências. E não reagiu quando foi maltratado pelo então secretário da embaixada, Sérgio Corrêa do Lago, futuro embaixador. Quando Raymundo Souza Dantas chegou a Gana para ocupar o cargo de embaixador, Sérgio Corrêa do Lago recusou-se a sair da sede da embaixada, deixando Dantas morando em hotéis de Acra durante vários meses.¹⁶ Esse episódio evidencia o racismo que ainda rondava o Itamaraty, em continuidade à atitude do barão do Rio Branco, meio séculos antes. O próprio embaixador Costa e Silva, que eu saiba, nunca comentou publicamente ou escreveu sobre esse episódio, nem sobre a ausência de servidores negros no alto escalão diplomático na África, ou alhures. Imagino que tivesse usado da diplomacia para evitar assunto tão espinhoso. Aliás, fico curiosa em saber qual teria sido sua relação, se alguma, com Souza Dantas.

14 Jerry Dávila, *Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*, Durham: Duke University Press, 2010, pp. 64-65.

15 Raymundo Souza Dantas, *África difícil (Missão condenada: Diário)*, Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

16 Dávila, *Hotel Trópico*, p. 44.

Não obstante, ao contrário dos demais diplomatas que o antecederam, Alberto da Costa e Silva não foi à África como se tivesse que cumprir um sacrifício. À diferença dos demais colegas, ele conhecia a história da África. Como estudioso e interessado na matéria, foi prontamente capitalizado pelo Itamaraty para posições centrais na política do Brasil para o continente.

Costa e Silva escreveu grande parte de sua obra africanista no contexto da expansão das relações diplomáticas do Brasil com a África. Como já disse antes, seu ensaio “Lagos, Nigéria” trata de sua primeira viagem à Nigéria, em outubro de 1960, e narra suas impressões iniciais sobre o lugar, tema que reaparece no documentário. Costa e Silva combinou a vida diplomática com a pesquisa e a escrita, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento dos estudos africanos no Brasil. No prefácio do seu livro sobre um grande traficante transatlântico, *Francisco Félix, um mercador de escravos* (2004), ele narra sua busca desenfreada por obras relativas à história da África, quando viveu em países europeus, e sua disciplina na leitura e sistematização dos dados coletados. Seus livros são resultado de vasta leitura sobre as sociedades pré-coloniais e depois sobre os países africanos, sem nunca incorrer no erro de tratá-los de forma homogênea. A questão central da obra de Costa e Silva, também presente neste documentário, é entender quem eram os africanos que chegaram ao Brasil e pensar o Brasil a partir da África. Em outras palavras, ele queria educar os brasileiros, a começar pelo Itamaraty.

Quebrando o silêncio sobre o racismo no Itamaraty e desafiando a história global

Voltando à citação que abre a segunda parte deste texto, Costa e Silva explica que o pai foi rejeitado pelo barão do Rio Branco porque era feio. O que significava ser feio no Brasil no início século XX? Ser bonito era ser branco. Na época estavam em alta o discurso eugenista e as teorias

raciais tão bem representadas no quadro “Maldição de Cam” (1895), de Modesto Brocos, membro da sociedade eugênica que pintou uma família mestiça para defender o embranquecimento como melhoria da raça no Brasil. Em seu depoimento, a filha de Costa e Silva, Elza Maria, ao ouvir o pai recontar a história da rejeição do avô dá uma gargalhada e comenta que não achava o avô “particularmente feio”. As fotos do poeta a confirmam. Também os outros dois filhos comentam a história da suposta feiura do avô e da vingança do pai, como algo engraçado. As fotos de Da Costa e Silva mostram que, se não era feio, tampouco era branco. Tinha, como já disse, feições de um homem pardo. Embora a questão da feiura não passe de uma coisa engraçada para seus descendentes, Costa e Silva sempre deixou claro o quanto aquele episódio o traumatizou, embora evitasse defini-lo, explicitamente, enquanto uma atitude racista do barão. Assim, me pergunto por que o embaixador nunca declarou que o pai era pardo? A foto preto-e-branca do casamento de Da Costa e Silva com Alice Salomon mostra a evidente diferença racial do casal. O preconceito de Rio Branco contra seu pai, acrescido da leitura de obras como *Casa-Grande & Senzala*, levaria Costa e Silva a buscar entender as raízes da má vontade do Itamaraty em relação à África, e de como essa atitude estava relacionada à ignorância quanto à contribuição africana para a formação do Brasil.

O problema da falta de representatividade negra no Itamaraty só foi encarado de frente em 2002, quando foi criado o *Programa de Ação Afirmativa (PAA) – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia*. O objetivo do programa é ampliar as condições de ingresso de brasileiros pretos e pardos à carreira diplomática, almejando uma maior diversidade racial do Serviço Exterior Brasileiro. Apesar dos esforços, ainda hoje, mais de vinte anos depois, menos de cinco por cento de diplomatas brasileiros são negros.¹⁷

Por fim, o documentário é um exemplo de narrativa que privilegia a biografia, mas não só. A carreira de Costa e Silva atravessa a história global. Desafiando enredos eurocêntricos, Costa e Silva analisou

17 Jornal “O Globo”, 20 set. 2021. 

processos internacionais, examinou e demonstrou interconectividades entre processos históricos transpassados por racismos, com o objetivo de evidenciar como eventos locais ou pessoais têm implicações e repercussões que podem ser globais. Em suma, sua trajetória se forma na encruzilhada da política internacional do Brasil pós-1960, no contexto de sua participação em episódios cruciais das independências dos países africanos e das transformações na Europa resultantes da descolonização na África.

doi: 10.9771/aa.v0i70.65868